

## **REFUGIADOS DO DESENVOLVIMENTO: A BANALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS**

1. Carmem Regina Giongo – Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na UFRGS.

E-mail: ca.aiesec@gmail.com

Telefone: 051 9271 1901

2. Jussara Maria Rosa Mendes - Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, localizada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: jussaramaria.mendes@gmail.com

Telefone: 051 9271 1901.

Fonte de financiamento: CNPQ

Sessão temática: ST3

### **RESUMO**

Milhares de barragens foram construídas em todo o mundo ao longo das últimas décadas afetando significativamente os recursos ambientais e sociais existentes. Diante desses elementos e tomando-se como foco o caso da hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina, esta investigação consiste na compreensão de como se constrói socialmente a banalização do sofrimento dos trabalhadores rurais atingidos pela construção de hidrelétricas e como este processo repercute nos modos de vida e de trabalho destes trabalhadores. Além disso, busca compreender quais foram e como se deram as transformações nos processos de trabalho e de vida dos agricultores atingidos pela construção da hidrelétrica. Trata-se de uma tese de doutorado com delineamento exploratório descritivo, e metodologia qualitativa. Participaram da pesquisa 43 pessoas, sendo 3 vereadores, 4 comerciantes, 1 Diretor da Hidrelétrica e 35

agricultores atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá/SC. As observações tiveram início em fevereiro de 2016 e foram finalizadas em agosto do mesmo ano. Os dados estão sendo analisados através de análise de conteúdo. Cabe salientar que os resultados apresentados neste trabalho são parciais, visto que a pesquisa ainda não foi concluída. Diante disso, a análise dos dados preliminares apontou para a extrema vulnerabilidade e sofrimento social dos agricultores atingidos pelo empreendimento. Após 16 anos do início da operação da hidrelétrica a população que permaneceu residindo no entorno do reservatório vivencia o isolamento social, a falta de infraestrutura como estradas, energia e oportunidades de trabalho. Diante disso, entende-se que a construção de uma hidrelétrica, historicamente alicerçada no discurso do desenvolvimento e mais recentemente nos discursos da energia limpa, renovável e de baixo custo, se constitui como um desastre ambiental planejado, programado, legitimado pelo poder público e privado, que produz profundos e duradouros impactos socioambientais estruturais e irreparáveis nos modos de vida e no trabalho das populações atingidas.

Palavras-chave: atingidos; agricultores; hidrelétricas; barragens; sofrimento.

## **ABSTRACT**

Thousands of dams have been built around the world over the past decades and this reality has significantly affected the existing environmental and social resources. Even though the damages caused by the implementation of large hydroelectric power plants are proven, the projects never end. On the contrary, every year more and more plants are planned and concluded. Considering these elements and focusing on the case of Itá Hydroelectric Power Plant, in Santa Catarina (Brazil), this study aimed to understand the changes in working and living conditions of farmers affected by the construction of Itá Hydroelectric Power Plant as well as how these changes have taken place. This is a doctoral thesis with descriptive-exploratory design and qualitative methodology. The participants were 43 people, including 3 city council members, 4 merchants, 1 hydroelectric power plant director and 35 farmers affected by the construction of Itá Hydroelectric Power Plant. Observation period started in February and finished in August, 2016. Data were analyzed through content analysis. The preliminary data analysis pointed to the extreme vulnerability and social suffering of the farmers affected by the project. Sixteen years after the hydroelectric power plant started operating, the people who decided to continue living around the dam experience social isolation and lack of infrastructure, such as roads, energy and job opportunities. Therefore, it is observed that the

construction of a hydroelectric power plant, historically based on the speech of the development and more recently based on the speech of clean, renewable and low cost energy, may consist on an environmental disaster which is planned, scheduled and legitimized by the public and private powers. Besides, it brings deep and lasting social and environmental structural impacts and irreversibly effects on living and working conditions of the affected populations. In this process, the victims of the promised development do not have their most basic rights guaranteed and they observe, alone, the intensification of life precariousness through their territory, culture, communities and work that is falling apart.

Keywords: affected; farmers; hydroelectric power plants; dams; suffering.

## 1 INTRODUÇÃO

Milhares de barragens foram construídas em todo o mundo nas últimas décadas, afetando significativamente os recursos ambientais e sociais existentes. Pelo menos 19% de toda a energia produzida mundialmente advêm das mais de 45.000 barragens existentes, que comprometeram mais de 60% de todos os rios do planeta. Estima-se que esses empreendimentos tenham sido os responsáveis diretos pelo deslocamento de 40 a 80 milhões de pessoas nos últimos anos. Considerando-se os atingidos indiretos pelos alagamentos, esse número pode variar de 400 a 800 milhões, o que representa 10% da população mundial (WCD, 2000). O Brasil está situado entre os 24 países que produzem 90% de toda a energia disponível no mundo e é considerado o país com maior potencial hidrelétrico do mundo (ANEEL, 2008). O modelo energético nacional assenta-se na fonte hídrica e, por isso, 79% de toda a energia produzida nacionalmente advêm das mais de 2.000 barragens construídas, que produziram deslocamentos estimados de, no mínimo, um milhão de pessoas (MAB, 2014; ROTHMAN, 2008).

Na atualidade, temas como a iminente falta de energia elétrica em diversas regiões do território nacional, os conflitos socioambientais diante da construção de novos empreendimentos hidrelétricos, a escassez de água, o aumento do preço da energia e a crise do setor elétrico no Brasil, tornaram-se uma preocupação não apenas governamental, mas de toda população. Ao mesmo tempo, um dos principais projetos do Estado brasileiro está centrado na exploração deste tipo de energia, aproveitando o potencial dos rios existentes (ANEEL, 2015).

Uma análise da literatura existente acerca do tema aponta que a hidroeletricidade tem se constituído como um campo permeado por elementos contraditórios e polêmicos. São

diversas e, por vezes, conflitantes as perspectivas acerca dos benefícios e dos impactos socioambientais provocados pelas hidrelétricas. Dentre as abordagens, existe aquela que concebe as hidrelétricas como uma fonte de energia limpa, renovável e de baixo custo, apresentando as obras de infraestrutura como essenciais para o desenvolvimento do país e como símbolos do crescimento econômico. Também existe a concepção pautada nos benefícios das hidrelétricas diante de outras fontes de energia, mas que destaca a necessidade de seguir a legislação ambiental e de reduzir os impactos negativos provocados pelas obras. E ainda, há aquela que problematiza os efeitos socioambientais devastadores desta fonte energética, criticando a falta de investimento em outras opções de geração de energia e desconstruindo a perspectiva de que se trata de uma fonte de energia limpa, renovável e de baixo custo.

Neste contexto há um discurso predominante que visa destituir a legislação atrelada ao licenciamento ambiental. Um estudo apresentado pelo Banco Mundial (2008) apontou que o elemento responsável pela crise energética no Brasil é o licenciamento ambiental atrelado aos empreendimentos hidrelétricos. Fazendo uso das palavras do relatório, o processo de licenciamento aplicado no país “é considerado como um grande obstáculo para que a expansão da capacidade de geração de energia elétrica ocorra de forma previsível e dentro de prazos razoáveis, a qual, por seu turno, representaria séria ameaça ao crescimento econômico” (Banco Mundial, 2008, p. 09). É defendida a necessidade de transformação da legislação ambiental, na medida em que ela não tem acompanhado a velocidade, a internacionalização e o crescimento do país, afinal, “mantêm-se fundamentalmente inalteradas desde suas origens no fim dos anos 80” (Banco Mundial, 2008, p. 13).

Nesse contexto, as populações atingidas são vistas como empecilhos do desenvolvimento (VAINER, 2007). Estima-se que apenas 10% das famílias removidas de seus territórios em função das obras das hidrelétricas receberam algum tipo de indenização no Brasil (BERMANN, 2008). De acordo com o MAB (2014), apesar de avanços em alguns projetos pontuais, a cada nova obra hidrelétrica a violação dos direitos humanos volta a se repetir, justamente pela “inexistência de uma política nacional de direitos dos atingidos por barragens que deva ser obedecida pelas empresas em todo país” (s.p).

No caso dos trabalhadores rurais, maior população atingida pelos empreendimentos hidrelétricos, ocorre um agravamento da situação de vulnerabilidade e invisibilidade social já vivenciada ao longo da história do nosso país (MARTINS, 1993; 1986; SCOPINHO, 2003; SILVA, 2007; SCHLINDWEIN, 2010). Nas palavras de Vainer, (2007, p. 133) territórios e populações inteiras “são entregues a um punhado de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, do setor minero-metalúrgico-energético, em nome de um desenvolvimento cujos custos e

benefícios não têm sido adequadamente medidos” e nem distribuídos. Além disso, há uma necessidade emergente de desconstruir a imagem da hidroeletricidade como energia limpa, barata e renovável (INTERNACIONAL RIVERS, 2012).

Dentre as inúmeras regiões do Brasil com potencial hidrelétrico incluso na agenda nacional está o rio Uruguai. Os empreendimentos hidrelétricos do rio Uruguai foram mapeados ainda na década de 1960, durante a ditadura militar. Nestes primeiros estudos foram planejadas 32 barragens com o objetivo de gerar energia. Atualmente existem 20 usinas em operação ou em construção no rio Uruguai e cerca de 149 inventariadas (MAB, 2008). Dentre os empreendimentos em operação, existem sete de grande porte: Ita, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Foz do Chapecó, Passo Fundo e Monjolinho. Todos eles pertencem a multinacionais dentre as quais se destacam a ALCOA Alumínio, dos Estados Unidos, o Grupo Tractebel Suez da França, a Vale, o Bradesco, a Votorantim e a Camargo Correia. Estima-se que estas usinas em conjunto faturem cerca de R\$ 5.789.877.566,00 (MAB, 2016). Diante desses elementos e tomando-se como foco o caso da hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina, esta investigação consiste na compreensão de como se constrói socialmente a banalização do sofrimento dos trabalhadores rurais atingidos pela construção de hidrelétricas e como este processo repercute nos modos de vida e de trabalho destes trabalhadores. Além disso, busca compreender quais foram e como se deram as transformações nos processos de trabalho e de vida dos agricultores atingidos pela construção da hidrelétrica.

## **2 METODOLOGIA EMPREGADA**

O presente estudo foi realizado através da triangulação de métodos, caracterizada pela combinação de várias metodologias na exploração de um mesmo fenômeno, possibilitando examiná-lo por diversos ângulos (DENZIN, 1978). Quanto aos instrumentos, foram utilizados: a observação participante; a análise documental; um questionário biosociodemográfico e a técnica de entrevista narrativa.

Participaram da pesquisa 43 pessoas, sendo 3 vereadores, 4 comerciantes, 1 Diretor da Hidrelétrica e 35 agricultores e agricultoras atingidos pela construção da hidrelétrica de Itá/SC. Ressalta-se que o foco desta pesquisa foi a população que permaneceu residindo nas comunidades rurais afetadas pelo enchimento do reservatório, ou seja, os trabalhadores rurais que vivem atualmente no entorno do reservatório da barragem.

Os documentos selecionados para a análise dos elementos que compõe o discurso de banalização do sofrimento dos trabalhadores rurais atingidos pela hidrelétrica de Itá são: a)

*Legislação vigente:* serão analisadas as Leis nº 8.987 e nº 9.074 de 1995 que tratam da concessão dos projetos hidrelétricos; a Lei nº 9.427 de 1996, que institui a ANEEL; a Lei nº 9.433 de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a Lei nº 9.648 de 1998, que altera os dispositivos das Leis nº 9.074/1995 e nº 9.427/1996 e dá outras providências; as Leis nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648 de 27 de maio de 1998 e nº 10.848 de 2004, que tratam do novo modelo do setor elétrico; e a Lei nº 12.783 de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; b) *Política Energética Nacional*; c) *Documentos da hidrelétrica*: será analisado o EIA, o RIMA, o Plano Diretor e o vídeo institucional da hidrelétrica.

As observações participantes tiveram início em fevereiro de 2016 e foram finalizadas em agosto do mesmo ano. Foram realizadas entrevistas e observações nas 32 comunidades atingidas pela hidrelétrica, em 11 municípios. Os dados coletados através das entrevistas, observações e análise documental estão sendo analisados através do método de análise de conteúdo. Finalizada a coleta dos dados e a análise do material, foi organizada a produção de um documentário que contemplou os resultados principais do estudo. A produção do documentário, neste estudo, serviu como instrumento de intervenção social, com o intuito de atribuir visibilidade e contribuir com o debate público acerca dos elementos que constituem o discurso de banalização do sofrimento dos agricultores atingidos pela barragem de Itá.

Após a conclusão do vídeo-documentário serão realizados encontros com os participantes do estudo e com a comunidade em geral visando apresentar o documentário e discutir o cenário investigado. Posteriormente, caso seja do interesse dos municípios, serão organizados eventos junto às prefeituras com intuito de divulgar a produção e promover debates acerca da temática. Além disso, o material produzido será utilizado para intermediar grupos de estudos e de pesquisas, podendo ser apresentado em eventos acadêmico científicos. Cabe destacar que este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (parecer 1.096.632, 01.06.2016) e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **3.1 Contextualizando o campo investigado**

A Hidrelétrica de Itá está localizada em terras dos municípios de Aratiba, no Rio Grande do Sul (RS), e de Itá, em Santa Catarina (SC), no curso principal do rio Uruguai, divisor dos

dois estados (TRACTEBEL, 2001). O enchimento do reservatório foi iniciado em dezembro de 1999 e a hidrelétrica entrou em operação em 2000. Atualmente, 69% do empreendimento pertence à Tractebel/Suez, 29,5% à CSN e 1,5% à Cimento Itambé. O projeto custou dois bilhões de reais, com potência instalada de 1.000 a 3.000 MW e com reservatório de 141 km<sup>2</sup> (OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS, 2014).

A construção da hidrelétrica atingiu 3.560 famílias (cerca de 13.000 pessoas), dentre as famílias atingidas, 827 sofreram deslocamento compulsório. Além disso, a obra também atingiu populações indígenas como as tribos Aldeia Konda, Toldo Chimbanguê e Toldo Chimbanguê II (OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS, 2014b). O reservatório, resultado do alargamento do rio Uruguai e seus afluentes, atingiu terras de onze municípios: Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul (RS); e Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Piratuba e Peritiba, em SC (TRACTEBEL, 2001). As cidades polo deste complexo são Concórdia, em SC, e Erechim, no RS. Entre os onze municípios que tiveram seus territórios atingidos pelo empreendimento, foram afetados total ou parcialmente duas sedes municipais (Itá e Marcelino Ramos), quatro sedes distritais, 32 núcleos rurais, 15 equipamentos isolados (escolas, cemitérios, campos de futebol, centros comunitários), 3.563 propriedades, além de redes de infraestrutura viária, elétrica e telefônica.

Conforme documento emitido pela Tractebel (2001, p. 13), esse processo causou um importante “desequilíbrio na complexa trama urbana, rural e, essencialmente, social, sedimentada no território e no tempo”. O Plano Diretor da empresa responsável pela hidrelétrica descreve que a população atingida se caracterizava pela realização de trabalho agrícola, de pequena propriedade. Os lotes de terras possuíam área variável entre 10 e 12 alqueires e estavam organizados de modo a constituírem “linhas” ou comunidades da região, as quais concentravam espaços públicos como escolas, igrejas, campos de futebol, salão comunitário e pequenos comércios (Tractebel, 2001). A própria Tractebel (2001, p. 13) menciona em seus documentos que as comunidades atingidas eram caracterizadas pelos “laços de parentesco e vizinhança que definiam as relações sociais, as relações de produção e as relações espaciais”.

A partir desse contexto, emerge a necessidade de aproximação e compreensão das vivências daquelas populações que permaneceram nas comunidades após o enchimento do reservatório; aquelas que tiveram apenas parte da propriedade atingida pelas águas ou que não foram legalmente consideradas atingidas, mas que ainda hoje vivem os efeitos da construção da hidrelétrica. Sendo assim, justifica-se esta investigação tendo-se em vista que busca privilegiar esta parcela de trabalhadores rurais atingidos pela hidrelétrica de Itá, além de compreender os elementos que constituem o discurso de banalização do sofrimento dos

trabalhadores rurais atingidos pelas hidrelétricas, possibilitando a construção de novos elementos de análise e de compreensão desta dinâmica que se coloca como pano de fundo das infrações éticas, políticas e socioambientais que os empreendimentos hidrelétricos têm historicamente cometido sem nenhum constrangimento.

### 3.2 O discurso oficial e banalização do sofrimento

A análise dos documentos foi orientada pelas seguintes questões: a) como o documento aborda o sofrimento das populações atingidas direta ou indiretamente pela construção de hidrelétricas; b) quais são os elementos do documento que contribuem para a construção social da naturalização do sofrimento das populações atingidas direta ou indiretamente pela construção de hidrelétricas. No entanto, ao final das primeiras leituras do material, a pergunta correta deveria ser: como podem cerca de 1500 páginas descreverem tamanha injustiça socioambiental sem utilizar as palavras *sofrimento* ou *dano*? A estratégia discursiva parece privilegiar os termos alteração e transformação, possivelmente por sua neutralidade e capacidade de invisibilizar os impactos negativos do empreendimento, como no exemplo “a implantação da UHE ITÁ definirá um novo cenário, com *alteração* tanto do meio natural, quanto da estruturação social, econômica e territorial” (RIMA, 1990, p. 107).

Tamanha astúcia revela parte da problematização realizada no decorrer deste estudo. Nos documentos da hidrelétrica de Itá (EIA, RIMA e Plano Diretor) a palavra sofrimento não foi escrita, a palavra dano ou danos apareceu 18 vezes, enquanto a palavra desenvolvimento apareceu 187 vezes. Os meses dedicados a leitura minuciosa destes materiais revelaram descrições técnicas, quantitativas, como se os danos, as perdas, o sofrimento e a história de um grupo de pessoas pudessem ser transformados em cartas de crédito, em contas de mais ou menos, em vantagem e desvantagem, em meros detalhes técnicos. Uma leitura superficial não detecta sofrimento, e, de fato, ele não aparece. Uma leitura superficial apresenta oportunidade de desenvolvimento, geração de energia para as regiões sul e sudeste, ou ainda, alternativa barata frente ao racionamento previsto. Talvez nem mesmo uma leitura minuciosa revelasse o sofrimento. Sem o campo, certamente o sofrimento não apareceria.

Os documentos falam, tecnicamente, da destruição de 32 núcleos rurais e ao final concluem que a construção da hidrelétrica não trará grandes mudanças para o local, visto que os efeitos negativos da obra seriam vivenciados naturalmente, ao longo dos anos, em função da degradação do solo e das transições populacionais. É como mostrar um extermínio e esconder o sangue. Pois bem, temos aqui o adiantamento da destruição em nome do desenvolvimento.



A análise da legislação vigente permitiu a construção de três características principais: *a mercantilização do meio ambiente; a lógica da compra e venda e a invisibilização das populações atingidas pelas hidrelétricas*. Na primeira categoria observa-se a conceituação dos recursos naturais como bens ativos. Os recursos hídricos, por exemplo, são considerados itens a serem comercializados. Na categoria lógica de compra e venda destaca-se a predominância dos discursos econômicos, nos quais o foco está no desenvolvimento, e tudo assume uma linguagem de compra. No que diz respeito a invisibilização das populações atingidas, nem mesmo na lei de desapropriações são garantidos os direitos das populações atingidas por estes empreendimentos. Logo no início ainda é afirmado que o poder público e privado tem direito de utilizar a força policial para desapropriar. Além disso, em nenhum momento são mencionados os dados ambientais, as reparações atreladas a cultura, aos aspectos sociais e a saúde. As reparações são voltadas para a propriedade se estendendo no máximo para áreas de recursos produtivos. A lógica da produtividade prevalece. Oficialmente, os danos sociais, culturais e a saúde não existem, e por isso, legalmente, não precisam ser reparados.

Deste modo, a análise documental previa aponta que estes grandes empreendimentos não estão relacionados com a construção de sociedade mais justas, democráticas e sustentáveis. Pelo contrário, estas obras têm sido implantadas em áreas desvalorizadas, mediante incentivos fiscais e flexibilização de políticas socioambientais. Processo que agrava ainda mais a precarização da vida de pequenas populações já excluídas e invisibilizadas socialmente, politicamente e culturalmente.

### **3.3 As transformações nos processos de vida e de trabalho dos agricultores atingidos**

No relacionamento entre o setor elétrico brasileiro e as comunidades atingidas pelas obras, sempre prevaleceu o “fato consumado”, no qual o projeto é justificado pelo progresso e pelo interesse público e, a hidrelétrica, caracterizada como uma fonte energética “limpa, renovável e barata”. Na prática, as comunidades têm suas bases materiais e culturais extintas, acompanhadas de reparos financeiros insuficientes ou de reassentamentos incapazes de assegurar as condições de vida e de trabalho anteriormente acessadas (Bermann, 2008).

No caso da população investigada nesta pesquisa, as transformações nos processos de vida e de trabalho foram inúmeros e se acentuaram com o passar dos anos, especialmente em função do esvaziamento das comunidades rurais que restaram no entorno do reservatório. Com o reassentamento ou saída de quase metade da população atingida, àqueles que permaneceram

residindo nas áreas rurais presenciaram profundas mudanças ambientais, sociais, culturais e econômicas. Do ponto de vista da saúde mental os entrevistados relataram inúmeros suicídios de vizinhos e familiares, especialmente durante a mudança para os reassentamentos de parte da população atingida. Além disso, observa-se nesta população, a perda da identidade social e cultural, bem como a quebra dos vínculos de amizade e vizinhança. Estes aspectos podem ser observados em falas como,

*[...] “a família estava com a mudança carregada, carregando hoje a mudança para sair de madrugada... O cara foram achar o marido, o dono, foram achar aonde ele estava, ele estava enforcada embaixo do porão” (S.).*

*[...] “nossos passados estão cobertos por água” (E.).*

Do ponto de vista do trabalho observa-se a extinção gradativa da atividade rural e a venda das terras para grandes fazendeiros. Muitas propriedades rurais foram atingidas parcialmente pela água, o que inviabilizou a produção e o uso das terras. Além disso, atualmente o acesso ao lago é restrito, impedindo o uso da água para os animais e cultivo de plantas.

*“Tu pega aqui, essas famílias poucas que tem hoje em dez anos não estão mais aqui. Só os grandes vão conseguir se manter, os pequeno, as pequenas propriedades não são mais viáveis. Hoje todos vendem seu pouco de terra para poder ter uma renda. Quem ainda não foi embora está desaparecendo... Aqui será local de final de semana” (A.).*

Conforme fala dos participantes, as comunidades rurais atingidas encontram-se abandonadas pela esfera pública e privada. O acesso está dificultado em função da precariedade das estradas, não há escolas, as igrejas estão deixando de funcionar pela falta de pessoas, os ônibus já não circulam pela região, e, além disso, muitos moradores não possuem energia elétrica de qualidade, apesar de residirem há poucos metros de uma usina hidrelétrica.

*“E nós bem dizer, nós viemos e ficamos pobres, nós estávamos bem de vida lá e aqui ficamos pobres, na verdade quase que nós*

*tivemos um atraso assim, de 10 anos, mais ou menos [...] Meu Deus! E ai, meu marido superou, né! Só que depois ele começou a ficar doente, e quem sabe ali começou a guardar aquele sentimento dele por dentro, né! Ai criou um tumor no estômago” (E.).*

Diante dos danos provocados, os participantes do estudo não entendem o destino da energia e não percebem um retorno local dos lucros obtidos com a geração de energia. Um dos agricultores entrevistados comenta,

*“Pesquisadora- E o que que é barragem?*

*R.- A barragem é só para destruir o povo mesmo, destruir as comunidades, as terras, tudo para aproveitar de quem? Para os grande as multinacionais que vão aproveitar esse dinheiro.*

*Pesquisadora- E hoje vocês têm algum ganho com essa energia que é produzida aqui?*

*R.- Nada, tu não vê nada, tu dá graças a Deus se tu tem um pedacinho de terra para morar e ainda para poder viver,*

*Pesquisadora- E o que que é feito com essa energia?*

*R.- Mas aquela energia ninguém não sabe o que que é feito, as barragem sai fio para tudo o que é lado, e vai para subestação e a subestação e assim vai indo, tu não sabe o que é feito com essas energia ai!”*

Diante disso, os entrevistados definem os danos gerados pela construção da barragem como uma tragédia, um desastre, uma catástrofe, que “roubou o futuro” da população atingida. Destarte, percebe-se que a construção de uma hidrelétrica, historicamente alicerçada no discurso do desenvolvimento e mais recentemente nos discursos da energia limpa, renovável e de baixo custo, se constitui como um desastre ambiental planejado, programado, legitimado pelo poder público e privado, que produz profundos e duradouros impactos socioambientais estruturais e irreparáveis nos modos de vida e no trabalho das populações atingidas. Neste processo, as vítimas do desenvolvimento prometido, não têm minimamente seus direitos garantidos e observam solitárias a intensificação da precarização da vida através do desmantelamento de seus territórios, cultura, comunidades e trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados neste trabalho percebe-se que ampliar a discussão sobre este campo representa uma possibilidade de desvendar os mecanismos sociais que ocultam o processo de banalização do sofrimento das pessoas atingidas pela construção de barragens no Brasil, abrindo espaço para a construção de ações interventivas (Mendes & Wunsch, 2011). Do mesmo modo, buscar aproximação com estas populações, desenvolver estudos e dar voz às suas vivências representa uma alternativa de colocá-las não só como protagonistas da História, mas também como autores, transformando o lugar dado de vilões do desenvolvimento, de canibais ou de animais que precisam ser domesticados (Martins, 1993).

Neste sentido, entende-se que se, apesar de comprovados os danos causados pela implantação das grandes obras hidrelétricas, os projetos não cessam, pelo contrário, a cada ano eleva-se o número de empreendimentos planejados e finalizados, totalmente dissociados do necessário debate político, ético e social acerca dos danos socioambientais causados pelas construções, existem elementos que constituem um discurso favorável à construção das hidrelétricas e que acabam justificando e naturalizando o sofrimento daqueles que têm suas vidas devastadas pelas obras em prol do desenvolvimento.

Finalmente, percebe-se que não basta apenas conhecer o cenário vivenciado pelas populações atingidas, é necessário reconhecer que esta população é constituída por cidadãos, que possuem o direito de participar do planejamento e da tomada de decisão dessas obras, mesmo que isso implique na geração de hidroeletricidade e na busca de fontes alternativas de energia. Além disso há, claramente, a demanda de problematizar a construção de barragens no Brasil a partir de um processo constante de violação dos direitos humanos.

## REFERENCIAIS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. [Aneel]. **Atlas de energia elétrica do Brasil / Agência Nacional de Energia Elétrica**. Brasília: Aneel, 2008. Acesso em 21 de outubro de 2015. Obtido em [http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas\\_capa\\_sumario.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_capa_sumario.pdf)

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA [Aneel]. **Energia Hidráulica**. Brasília: Aneel, 2015. Acesso em 17 de outubro de 2014. Obtido em [http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas\\_par2\\_cap3.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par2_cap3.pdf)

BANCO MUNDIAL. [BM]. **Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no brasil: uma contribuição para o debate**. Banco Mundial, 2008. Acesso em 19 de agosto de 2015. Recuperado em [http://www.abce.org.br/downloads/Licenciamento\\_Ambiental\\_de\\_Empreendimentos\\_BID.pdf](http://www.abce.org.br/downloads/Licenciamento_Ambiental_de_Empreendimentos_BID.pdf)

BERMANN, C. Crise ambiental e as energias renováveis. **Ciência e Cultura**, 60 (3): 20-29, 2008. ISSN 2317-6660.

DENZIN, N. K. **Sociological Methods**. New York: McGraw-Hill, 1978.

DERROSSO, G.; ICHIKAWA, E. Y. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. **Revista de Administração Pública** [online], 47 (01), pp. 133-155, 2013. doi 10.1590/S0034-76122013000100006.

INTERNACIONAL RIVERS [IR]. **O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios**, 2012. Acesso em 17 de outubro de 2014. Obtido em [http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/setor\\_eletrico\\_desafios-oportunidades\\_2\\_edicao\\_nov2012.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/setor_eletrico_desafios-oportunidades_2_edicao_nov2012.pdf)

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estrangeiro**. Editora Hucitec: São Paulo, pp. 179, 1993.

MENDES, J. M. R.; WUNSCH, D. S. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serviço Social e Sociedade**, 107: 461-481, 2011. Acesso em 02 de fevereiro de 2015. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/05.pdf>

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS [MAB]. (2014). **Reassentamento urbano de Belo Monte já apresenta problemas**, 2014. Acesso em 05 de agosto de 2014.

Obtido em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/reassentamento-urbano-belo-monte-j-apresenta-problemas>

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS [MAB]. **Setor Elétrico na Bacia do Rio Uruguai**, 2008. Acesso em 16 de agosto de 2016. Obtido em <http://www.mabnacional.org.br/artigo/setor-el-trico-na-bacia-do-rio-uruguai>

OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL DE BARRAGENS. **Dados financeiros da barragem de Itá**, 2014. Acesso em 15 de maio de 2014. Disponível em <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/19/ita>

ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

SCHLINDWEIN, V. L. D. C. Dor e sofrimento oculto: a desproteção social dos trabalhadores do fumo. **Barbarói**, 32 (1), 82-97, 2010. Obtido em <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1135/1085>

SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total**. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2003.

SILVA, A. R. **O significado do trabalho na terra do fumo: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul/ RS**. Dissertação de Mestrado, não publicada, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

TRACTEBEL. **Plano diretor: reservatório UHE de Itá e seu entorno**, 2001. Acesso em 03 de julho de 2014. Obtido em [http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2Bcom%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_T O=url&CACHEID=86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401](http://www.tractebelenergia.com.br/wps/wcm/connect/86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401/Plano%2BDiretor%2Bcom%2Bplantas.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_T O=url&CACHEID=86cb19af-bf76-4277-ae61-6b969e3dc401)

VAINER, C. B. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007. Acesso em 09 de junho de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a09v2159.pdf>

WORLD COMISSION ON DAMS [WCD]. (2000). **Barrages et Developpement**, 2000. Acesso em 09 de junho de 2014. Disponível em [http://www.unep.org/dams/WCD/report/WCD%20report\\_Barrages%20et%20Développement\\_préface.pdf](http://www.unep.org/dams/WCD/report/WCD%20report_Barrages%20et%20Développement_préface.pdf)